	DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES	NIP – 12.00
	Norma de Instrução de Processo (NIP)	Rev.: 01
	Licenciamento de Ocupação da Via Pública por motivo de obras	Data: 12.07.2016


Requerimento e legitimidade do requerente			
	Formato	Nome do Ficheiro	
<input type="checkbox"/>	pdf	REQ	Requerimento referente ao licenciamento de ocupação da via pública por motivo de obras (com cópia do bilhete de identidade e número de identificação fiscal ou cartão de cidadão do requerente, ou do seu representante legal)
<input type="checkbox"/>	pdf	LEG.2	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da linha anterior LEG.1 (por exemplo: contrato de arrendamento, certidão da conservatória do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, quando se trate de pessoa coletiva, ata do condomínio, etc.)



Projeto			
	Formato	Nome do Ficheiro	
<input type="checkbox"/>	pdf	CN.2	Cópia do alvará de licença, autorização de obras ou admissão de comunicação prévia existente ou indicar o número e ano dos mesmos, caso exista (a)
<input type="checkbox"/>	pdf	ARQ.9	Extrato da planta de localização à escala 1/25000, com identificação precisa do local da pretensão
<input type="checkbox"/>	pdf	ARQ.10	Extrato do levantamento aerofotogramétrico , à escala 1:5 000 ou, quando este não exista, extrato da ortofotocarta , à mesma escala, a fornecer pelos Serviços Municipais
<input type="checkbox"/>	dwfx e dwg ou dxf	ARQ.12	Planta de implantação , à escala adequada, onde conste a delimitação da área de espaço público a ocupar com tapumes, amassadouros, entulhos, depósitos de materiais, andaimes, grua, etc

Documentação relativa ao responsável pela empreitada			
	Formato	Nome do Ficheiro	
<input type="checkbox"/>	pdf	OBR.1	Número do alvará, ou de certificado, ou número de outro título habilitante emitido pelo InCI, I.P. , que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obra
<input type="checkbox"/>	pdf	OBR.2	Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidente de trabalho , nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro

Plano de segurança e saúde (*)			
* Aplica-se sempre que o volume da obra e a sua localização o justifiquem, tendo em consideração a segurança das pessoas e bens			
	Formato	Nome do Ficheiro	
<input type="checkbox"/>	pdf	PSS.1 (mod. TRAE)	Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do plano
<input type="checkbox"/>	pdf	PSS.2	Declaração emitida por associação pública profissional comprovativa da respetiva qualificação
<input type="checkbox"/>	pdf	PSS.3	Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do autor do plano , nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho
<input type="checkbox"/>	pdf	PSS.4	Memória descritiva e justificativa
<input type="checkbox"/>	dwf	PSS.5	Peças desenhadas , em escala tecnicamente adequada

<input type="checkbox"/>	Assinalar no quadrado a cinzento os elementos apresentados	Na 2.ª coluna está indicado o formato digital do ficheiro do elemento a apresentar (pdf ou dwfx) – consultar Normas para Formatação de Ficheiros (NFF) – disponível no portal do Município de Pombal
<input type="checkbox"/>	O quadrado sombreado destina-se a uso exclusivo dos serviços	

	DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES Norma de Instrução de Processo (NIP) Licenciamento de Ocupação da Via Pública por motivo de obras	NIP – 12.00
		Rev.: 01
		Data: 12.07.2016

Outros documentos			
	Formato	Nome do Ficheiro	
<input type="checkbox"/> 	pdf	DIV.1	Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei
<input type="checkbox"/> 	pdf ou dwfx	DIV.2	Outros documentos (estudos / projectos), quando necessários

(a) No caso de não existir processo de obras, deve apresentar o documento comprovativo em como foi construído antes da entrada em vigor do RGEU, ou seja, antes de 7 de Agosto de 1951 para a cidade de Pombal, sedes de freguesia e todas as povoações atravessadas ou marginadas por estrada nacional ou municipal e, antes de 1 Janeiro de 1963 para os restantes locais do concelho.

NOTA:

As cópias de todos os documentos serão autenticadas pelos serviços no momento da entrega com exibição do original.

<input type="checkbox"/>	Assinalar no quadrado a cinzento os elementos apresentados	Na 2. ^a coluna está indicado o formato digital do ficheiro do elemento a apresentar (pdf ou dwfx) – consultar Normas para Formatação de Ficheiros (NFF) – disponível no portal do Município de Pombal
<input type="checkbox"/>	O quadrado sombreado destina-se a uso exclusivo dos serviços	

**DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES****Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto**
de _____

Mod. TRAE

Rev.: 01

Data: 22.01.2016

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO DE

(ª) _____

(b) _____,
morador na _____contribuinte n.º _____, inscrito na (c) _____,
sob o n.º _____,declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na
sua redação atual, que o projeto de (ª) _____

de que é autor, relativo à obra de (d) _____

localizada em (e) _____,

cujo(a) (f) _____ foi (g) _____

por (h) _____

observa as normas técnicas gerais e específicas de construção bem como as disposições legais e
regulamentares aplicáveis, designadamente (i) _____

Pombal, _____ de _____ de _____

O Técnico (j), _____

(ª) Identificar o projeto de especialidade em questão.

(b) Indicar nome e habilitação profissional do autor do projeto.

(c) Indicar associação pública de natureza profissional.

(d) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.

(e) Indicar a localização da obra (rua, lote / número de polícia e freguesia).

(f) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.

(g) Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou "apresentado" no caso de comunicação prévia.

(h) Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante.

(i) Discriminar as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

(j) Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão.

Preenchimento exclusivo dos serviços municipais

CC n.º _____, valido até ____/____/____,

Conferi os dados, o Funcionário, _____